



DISCURSO, POLÍTICA E CURRÍCULO

Ana Cristina dos Santos Silva¹
Benedito Gonçalves Eugenio²
Eudite Fernandes Carneiro³
Kleber Santos Chaves⁴
Willian Andrade Prado⁵

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica sobre o discurso nas políticas de currículo. Para isso tomamos como referência as proposições da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Para esses autores, o social é compreendido basicamente a partir da lógica do discurso. Do ponto de vista epistemológico, trabalhamos com o pós-estruturalismo por nos auxiliar na desconstrução de narrativas e de verdades absolutas. O artigo está assim organizado: após a introdução, em que apresentamos a abordagem metodológica, conceituamos a teoria do discurso; na sequência, apontamos a contribuição dessa teoria para os estudos de currículo e a compreensão da diferença na política curricular.

Palavras-chave: Discursos e sentidos, política curricular, currículo.

INTRODUÇÃO

Mundialmente vivenciamos um momento de transformações sociais, tecnológicas e econômicas que certamente evidenciam de modo latente quão frágil é a ideia de estabilidade e certezas em todos os campos da vida humana. Certamente o campo educacional não foge a essa regra. Desse modo, nos questionar sobre as certezas e as supostas verdades de determinados discursos nos impulsionam a tentar compreender o que conduz este ou aquele discurso se hegemonizar no campo da educação, vez que ao optarmos por um, certamente estaremos silenciando tantos outros.

É neste íterim que a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, que permeará todo o nosso trabalho, pode ser considerada como uma ferramenta potente em nossos estudos, já que para eles o social é compreendido basicamente a partir da lógica do discurso. Para a teoria laclauniana: “A sociedade como objeto de conhecimento pleno é impossível, uma vez que os

¹ Doutoranda em Ensino do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, tinapeper13@gmail.com;

² Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, benedito.eugenio@uesb.edu.br

³ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (BA), euditinha@hotmail.com;

⁴ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (BA), kleber.ksc2@gmail.com;

⁵ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (BA), willian.prado@ifnmg.edu.br;

sentidos sociais são sempre mal fechados e incompletos, suas possibilidades de significação são sempre infinitas, permeadas por relações que tem essencialmente características precárias e contingente” (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008, p. 27).

O pensamento de Laclau está radicalmente ancorado sobre a matriz pós-fundacionalista e pós-estruturalista. Antes de construir sua proposta teórica, o pensador argentino desconstrói o marxismo, isto é, mostra que seus conceitos e categorias centrais – como classe social, forças antagônicas, superestrutura, etc – foram construídas de maneira discursiva. Em outras palavras, ele retira a fundamentação ontológica dessas categorias e questiona até que ponto elas podem ser aplicadas na análise da realidade política e social contemporânea. Após fazê-lo, o pensador argentino propõe um inovador aparato conceitual, sobre o qual ergue seu modelo teórico (SILVA *et al*, 2017, p.17).

Juntamente com sua companheira, a cientista política Chantal Mouffe, publica em 1985 um texto considerado como um divisor de águas a mais na história do marxismo e das ciências sociais em geral: Hegemonia e estratégia socialista. Nascida na Bélgica, em 1943, Chantal Mouffe tem uma obra poderosa onde reatualiza há anos as formas de se apropriar da democracia. O pós-marxismo, a criação de espaços contra hegemônicos e a radicalização da democracia figuram na trama de seu pensamento.

A nossa pesquisa é qualitativa, pois as relações sociais são evidenciadas, já que professores e alunos são compreendidos por nós como produtores de discursos e de currículo. A pesquisa qualitativa e a teoria do discurso se complementam, vez que a criatividade do pesquisador é potencializada por esse enfoque. Para além desse aspecto, os investigadores qualitativos partem para um estudo munidos dos seus conhecimentos e da sua experiência, com hipóteses formuladas com o único objetivo de serem modificadas e reformuladas à medida que vão avançando, o que a aproxima ainda mais da teoria do discurso.

Consideramos importante destacar que, nas pesquisas discursivas não há e não poderia haver um modelo metodológico sistemático e unificado que possa ser aplicado ou adotado a priori, visto que esse caminho será feito ao caminhar, já que as certezas, na perspectiva teórica do pós-estruturalismo, são consideradas contingentes e precárias.

Neste sentido, o pós-estruturalismo enquanto perspectiva teórica e metodológica nos auxilia na desconstrução de narrativas e de verdades absolutas, ressaltando que por isso mesmo, nos esquivamos também de querer ditar essa verdade, única e imutável do conhecimento. (SILVA, 2000).

CONCEITUANDO A TEORIA DO DISCURSO

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é do campo da ciência política, no entanto, é considerada como transdisciplinar. Desse modo, é mister afirmar que para além da ciência política, a teoria de Laclau e Mouffe tem contribuído, de maneira potente, para que possamos, compreender as questões relacionadas à educação, como exemplo temos a sociologia e a filosofia que também têm bebido dessa fonte.

O modelo teórico da Teoria do Discurso abarca diversificados campos do saber, o que a torna uma ferramenta teórica e metodologicamente importante para a observação e compreensão dos mais variados fenômenos sociais do mundo que nos cerca (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008).

A Teoria do Discurso opera com algumas categorias, sendo que a noção de poder e discurso são essenciais para a sua compreensão. Essas categorias se desdobram em outras tão importantes quanto, a exemplo de hegemonia, política/político, articulação, ponto nodal, antagonismo e significante vazio, dentre outras. Para melhor compreensão a respeito dessas categorias, discorreremos sobre elas, sem, no entanto, buscar uma didatização dos termos, buscamos, pois, uma melhor explanação de algumas deles para que o leitor possa compreender o pensamento dos autores.

Para Laclau, discurso é prática- daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo, hermenêutico. Não aparece como algo a ser simplesmente desvendado, mas compreendido, a partir de sua miríade de formas, de várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, note-se, sempre contingentes e precárias. Assim, podemos afirmar que discurso não é uma simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008).

No que concerne à definição de hegemonia, diferentemente do que o termo nos induz a inferir, ela não domina uma totalidade, ao contrário, num dado momento ou contexto, ela assume uma plenitude que é precária e contingente, ela é destacada como uma relação em que uma determinada identidade, num determinado contexto histórico, passa a representar, a partir de uma relação equivalencial, múltiplas identidades. A ideia de hegemonia existe justamente em contraposição à ideia de falta constitutiva presente na teoria laclauniana. “As identidades são constituídas sempre na falta, na incompletude; o processo hegemônico é tal que esta incompletude é contingencialmente suprida, mas impossível de ser plenamente resolvida” (MENDONÇA, 2009, p 16).

A noção de falta constitutiva, por sua vez, induz à ideia de que todas as identidades se constituem sempre de forma incompleta, seja em função da sua própria articulação incompleta de sentidos, seja a partir de sua relação com outras identidades, seja ainda, por sua negação, a partir de seu corte antagônico (uma outra identidade que nega sua própria constituição) (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008).

E é justamente essa falta que desencadeia o que Laclau denomina como antagonismo, pois ele se constitui a partir da impossibilidade de se constituir um sentido objetivo numa lógica discursiva. O antagonismo é marcadamente compreendido pela ausência de. Em outras palavras, podemos dizer que “em uma relação antagônica, um elemento nega o outro, para constituir-se como tal em produções de sentido precárias. A presença de um discurso antagônico impede a constituição plena do discurso antagonizado” (MACEDO; PONTES, 2011, p. 15).

Em um dos nossos capítulos de análise, especificamente o capítulo quatro, que traz o segundo artigo do nosso trabalho, usamos as categorias político e política, o que nos impeliu a pensarmos o político para além da política, e isso significa dizermos que o termo política (que difere do termo político), é definido como um conjunto de práticas e discursos que buscam estabelecer uma ordem para que a convivência humana seja mais “harmoniosa”, com o estabelecimento de algumas regras. Vejamos como Mouffe define ambos os termos:

Alguns teóricos como Hannah Arendt veem o político como um espaço de liberdade e de deliberação pública, enquanto outros veem-no como um espaço de poder, conflito e antagonismo. Meu entendimento do ‘político’ claramente pertence à segunda perspectiva. Mais precisamente, esta é a forma como eu distingo o ‘político’ da ‘política’: por ‘o político’ eu entendo a dimensão do antagonismo a qual eu tomo como constitutiva das sociedades humanas, enquanto que por ‘política’ eu significo uma série de práticas e instituições através das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto de conflitualidade provido pelo político. (MOUFFE, 2005, *apud*, MENDONÇA, 2012, p. 207).

Para Mendonça (2009), Mouffe pensa o político a partir de duas dimensões, relacionando-as com as discussões sobre o antagonismo, sendo que a política está intrinsecamente relacionada a determinado tipo de trabalho no campo da ciência política, tendo como exemplos as análises eleitorais, partidárias e institucionais, o que eles definem como a política do nosso cotidiano. Em contrapartida, o político se insere no campo da teoria política, no qual o que prevalece é a inquirição dos pesquisadores sobre a essência do político, os fatos em si mesmos não são prevalentes.

No que concerne à ideia de articulação, ela diz respeito a qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. Dessa forma, articulação é uma prática que culmina no que denominamos como discurso. Ela se estabelece a partir dos pontos nodais que vão se conectando entre si.

Assim, podemos afirmar que os pontos nodais são elementos que atraem para si, identidades desarticuladas, tendo, pois, a capacidade de em torno de si, agrupar em um ponto comum, todos esses elementos dispersos. Assim esses “nós” conseguem congregam, em um só lugar, identidades diversas, significando-as como uma.

A noção de ponto nodal, incorporada da tradição lacaniana por Laclau e Mouffe (1985), é, em termos mais sistemáticos da teoria do discurso, a ideia mais acabada da supressão da universalidade/particularidade. O ponto nodal representa um discurso privilegiado que consegue articular em torno de si outros discursos. Tal articulação forma uma cadeia de equivalências, que significa que em torno deste discurso central gravitam outros discursos que são representados por este discurso privilegiado (suplementar).

Entretanto, para que um discurso se torne um ponto nodal, é preciso que este amplie seus conteúdos, incorpore elementos de outros discursos e necessariamente tenha de ceder alguns de seus sentidos iniciais para que estes não entrem em choque com sentidos produzidos por outras identidades por ele articuladas (MENDONÇA, 2007). No que se refere à categoria do significante vazio, inicialmente podemos compreender que seja um termo sem significado, no entanto:

Cabe esclarecer que a expressão, significante vazio, é em si mesma uma contradição, porque para que haja significação deve haver ligação entre significante e significado, ao contrário, seria puro ruído. O significante vazio é tendencialmente vazio, não é um significante sem significado, mas sim o significante de uma ausência inerente ao próprio processo de significação (MENDONÇA, 2008, p. 78).

Para compreender melhor a ideia de significante vazio, explicitamos que todo significado depende do contexto em que se insere e é também relacional, pois um significante sempre conduzirá a um outro, o que certamente vai adiar o conceito, uma identidade, um sujeito ou objeto. O significante vazio se estabelece nesse contexto não como algo sem significado, mas precisamente em um discurso que abarca tantos outros significados que o impossibilita de ter uma significação exata (MENDONÇA, 2009).

A leitura pós-estrutural, a partir da teoria da Escola de Essex nos apresenta a possibilidade de compreender o social por um outro viés, que está para além do que é dito, escrito ou nos é apresentado. Isso se efetiva por meio da lógica do discurso que está sempre permeado por características contingentes e precárias. E é justamente, por meio desse viés que vamos adentrar a discussão sobre currículo.

A teoria do discurso e o currículo

A teoria elaborada por Laclau e Mouffe não foi gestada no campo da educação, no entanto, a potência e o alcance que ela nos permite na/para a análise do social são fundamentais,

pois pesquisar por meio do enfoque discursivo não é desenvolver uma aplicação de noções da teoria do discurso em outro campo, mas uma reconfiguração dessas noções para outra problemática. Por sua vez, a teoria do discurso possui uma dimensão de intervenção social e cabe repensar essa intervenção no currículo, um campo que se mobiliza fortemente contra os rastros prescritivos de sua história (LOPES, 2018).

Nessa perspectiva de desconstrução ou de outras leituras possíveis, sempre contingentes e precárias, sobre a (não) prescrição do currículo, é que Lopes (2018) nos diz que a teoria do discurso incorporada ao campo do currículo não nega a defesa de projetos políticos, dentre eles os projetos educacionais ou curriculares. Mas certamente questiona de forma frontal toda tendência prescritiva, mesmo aquela concernente aos projetos curriculares críticos que buscam fundamentos fixos para as decisões educativas. Projetos permanecem sendo construídos, mas o são politicamente em articulações discursivas.

Em outras palavras, podemos dizer que se torna impossível uma política de currículo que prescreva uma verdade, verdade essa que servirá para todos de igual modo, a exemplo da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), recém-aprovada pelo governo federal.

Nesse sentido, para Lopes (2018) é importante investigar como se desenvolvem tais disputas e conflitos, como se desenvolvem as lutas políticas para tentar frear a significação do que vem a ser currículo em um certo momento histórico e tentar explicitar as contingências do que apresenta como fundamento do social, desestabilizar o que se apresenta como obrigatório, necessário, justamente com a perspectiva de evidenciar o caráter particular e situado de uma opção curricular apresentada como universal.

Decorre daí a relevância do pós-estruturalismo, especialmente com base na teoria do discurso para o campo do currículo, pois ele é colocado no campo do indecível e da impossibilidade de fechamento em si mesmo, currículo é, pois, movimento, inconclusão, espaço de embates e debates.

Nessa perspectiva é que Lopes questiona a política de currículo que pretende produzir discursos para “dizer a verdade para o outro”, como a política de currículo que tenta “tornar o outro consciente da verdade do mundo”, de acordo com a autora, ambas as políticas desencadeiam sentidos que tendem a produzir um discurso, uma interpretação, um modo de ser para o outro e no lugar do outro, na perspectiva de fechar de uma vez por todas a significação.

A teoria curricular discursiva, diferentemente, aposta na possibilidade de se negociar o que há para ser dito, de se produzir interlocução no currículo, ciente da impossibilidade de se estar no lugar do outro, mas ainda assim tentando interpretar esse lugar (LOPES, 2018), para dizer de outro modo, apostamos na desconstrução das verdades, melhor dizendo, em verdades

outras que não supunham serem únicas e totalizantes.

E é justamente por esses questionamentos que a teoria do discurso tem sido utilizada no campo educacional, vez que, por meio da utilização de algumas de suas categorias (política, lógica da diferença e da equivalência), com uma interpretação discursiva, a compreensão do social, especificamente no que se refere ao currículo, se torna mais nítida. Lopes (2018) nos mostra claramente essa contribuição ao afirmar que,

A teoria do discurso tem sido produtiva também no campo educacional de forma mais ampla por valorizar as dimensões conflituosas e indeterminadas, porque contingentes, da política. A política é concebida de forma não racionalista, sem um centro que determine sua direção, sem sujeitos conscientes e identitariamente orientados para dada estratégia teleológica. Perspectivas prescritivas, ou mesmo propositivas com base em fundamentos fixos, são questionadas, porque as bases nas quais supõem estar assentadas de forma definitiva são des-sedimentadas. (LOPES, 2018, p. 136).

Compreendendo a política de currículo a partir da concepção pós-estrutural, o caráter prescritivo não encontra espaço para sua fixação. Assim, é válido reafirmar que compreendemos a política de currículo como discurso e como texto. Por isso, então, faz-se necessário, “entender as múltiplas determinações de um fenômeno social, incluindo o currículo, mas também a sociedade (...), significa entender como tudo isso é significado. Essa significação é dada por um discurso que estabelece regras de produção de sentido”. (LOPES, 2011, p. 22).

Nesse interim, a TD se insere como uma teoria considerada da decisão política, assim, luta para produzir um texto curricular, sua leitura, que sabemos ser múltipla, bem como controlar sua tradução e as disputas que o envolvem. Nas palavras de Lopes (2018, p. 149), “as políticas de currículo são também conflitos entre representações sobre o que vem a ser currículo, bem como as identidades e subjetividades projetadas por essas representações”.

Sem querer esgotar as discussões em torno do currículo, faremos a seguir uma tentativa de aprofundar as contribuições da teoria do Discurso neste campo, recorrendo frequentemente a Laclau e Mouffe e também a alguns intelectuais brasileiros que tem se debruçado sobre o tema.

Currículo e diferença: uma leitura pós- estrutural

Pensar sobre o currículo nos remete irremediavelmente à ideia de seleção de conteúdos, atividades realizadas pelos educadores em sala de aula, planejamentos e programação de horários entre outros. Para Eugênio (2006), o termo currículo é um vocábulo polissêmico, apresentando conotações e significados diversos, que certamente variam de acordo com sua aplicação e, também, com os teóricos a que nos referimos. O autor acrescenta ainda que “grande

parte da produção recente no campo curricular tem sido influenciada pelo pensamento pós-moderno e pós-estruturalista, com ênfase na análise da relação entre currículo, subjetividades e construção de identidades.” (EUGÊNIO, 2006, p. 3). Assim sendo, reiteramos que a nossa perspectiva é pós-estruturalista, com base na teoria do discurso, que é considerada como “uma teoria das diferenças”.

Pelo que estamos compreendendo, a definição de currículo não pode ser considerada a priori, sem levar em consideração os momentos, e os aspectos de contingência da realidade social, assim, “não é possível responder o que é currículo, apontando para algo que lhe é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente” (LOPES e MACEDO, 2011, p.19), corroborando assim com a premissa de contingencialidade e precariedade da Teoria do Discurso que permeia o nosso trabalho.

De acordo com Lopes (2018), é mister destacar que as discussões em torno do currículo no Brasil, com a incorporação de debates pós, modernos, pós-estruturais e pós-coloniais tem sido crescente no que se refere à TD. A autora destaca ainda que a incorporação da problemática constituída por essa teoria nas pesquisas em políticas educacionais e curriculares pode ser considerada como um fenômeno recente. Operar com as noções de articulação e antagonismo, bem como com as lógicas da diferença e da equivalência tem feito parte dos esforços de pesquisadoras/es em educação e em currículo atuais, nos mais diferentes países.

Pelo exposto acima, fica evidente que não apenas as pesquisadoras/es brasileiros, como os dos demais países tem se interessado pela Teoria da Escola de Essex, evidenciando assim a importância de suas categorias de análises para a compreensão do social.

Lopes (2018) reitera ainda que apesar dessa relevância e do interesse crescente de pesquisadoras/es e estudantes brasileiras/os, há poucos trabalhos publicados no país abordando especificamente a questão das implicações da TD para a reflexão epistemológica, para a elaboração de estratégias metodológicas e para a realização de pesquisas empíricas no campo da educação. Por isso mesmo, torna-se relevante tanto a participação de brasileiros como estrangeiros, no desenvolvimento de pesquisas nessa área, já que para a autora, no que concerne à teoria do currículo, a teoria do discurso tem sido produtiva ao des sedimentar os fundamentos das questões usualmente enunciadas no debate curricular: como contemplar a diferença de grupos particulares e questionar o universalismo de um currículo acadêmico? Como contribuir para construir um projeto de mudança social, embasado na distribuição igualitária do conhecimento, e ainda contemplar essa diferença? Por intermédio da perspectiva discursiva de Laclau, é possível interpretar tais enunciados como embasados em uma oposição simples entre

identidades supostas como isoladas: algo que se supõe universal (currículo comum acadêmico) e algo que se supõe universal (o currículo da diferença).

Nessa perspectiva, o currículo não pode ser considerado como algo pronto e acabado em si mesmo, esvaziado de sentido e de significações, pois o currículo é ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constringe nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria (LOPES, 2018).

Desse modo, se o currículo projeta nossa identidade, podemos afirmar que ele também projeta a diferença? Silva (2000) afirma que além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham de uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. (...) A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas, somos nós que as fabricamos no contexto das relações culturais e sociais.

A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. Assim sendo, podemos afirmar que o currículo projeta também a nossa diferença, levando em consideração que identidade e diferença são indissociáveis, tornando-se, pois, uma parte ativa na constituição da identidade. Por isso mesmo, abrir o currículo à diferença implica recusar a perspectiva de identidade, rechaçar as fixações que criam as identidades como golpes de força sobre a possibilidade de ampla significação.

Um currículo marcado pela diferença é um currículo concebido como cultura. Trata-se de ver o currículo como um processo de produção de sentidos, sempre híbridos, que nunca cessa e que, por tanto, é incapaz de construir identidades. O que ele produz é diferença pura, adiamento de sentido e, portanto, necessidade incessante de significação (LOPES; MACEDO, 2011).

No limite, podemos afirmar que a identidade é característica daquilo que nos define, que diz quem somos: baianos, brasileiros, negros, brancos, homem, mulher, ainda que, precária e contingencialmente. Lopes e Macedo (2011) nos alertam que esses termos não têm significados que se esgotam em si mesmos; eles terão um significado apenas se diferirem com relação a outros termos opostos. Como exemplo podemos citar o binômio preto/branco, homem/mulher, heterossexual/homossexual, macho/fêmea, dentre outras.

Desse modo podemos ressaltar que as identidades são definidas pela sua distinção em relação a outras identidades e não por algo que lhes é próprio. Uma vez definidas, recebem marcadores simbólicos que fazem com que sejam vistas como se fossem essenciais: a cor da



pele, o pênis, o córtex, a posse dos meios de produção. Derrida nos chama a atenção a respeito dos binarismos que envolvem as questões relacionadas à identidade e a diferença, destacando inclusive as relações de poder que nelas se constituem. Vejamos:

As oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós e eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. (DERRIDA, 1991, *apud* SILVA, 2000)

Comumente, pensamos a diferença em seu sentido mais estrito, remetendo o seu significado à falta de ou àquilo que me difere do outro ou de alguma coisa. Cabe ressaltar que a diferença não se reduz ao diferente como eventualmente entendemos ou acreditamos, assim, ao nos referirmos as diferenças estamos pensando em diferenças que são contingentes e precárias e que mudam com o tempo.

A teoria do discurso nos ajuda nesse entendimento, pois nas palavras de Laclau e Mouffe, as diferenças são construídas discursivamente pelo social, em outras palavras, eles querem nos dizer que a articulação, é condição indispensável não apenas “para a promoção dos sentidos identitários, ela vai além: é a partir de uma prática articulatória que todas as diferenças são constituídas, tendo por base o princípio relacional da constituição identitária ‘identidade = diferença’ (LACLAU, 1996 *apud* MENDONÇA, 2009).

Desse modo, pensar a diferença no currículo requer um olhar que nos possibilite enxergar além do que está posto e nos é imposto, visto que vivemos em um mundo que não é nunca foi nem será homogêneo, vivemos no mundo das multiplicidades, da heterogeneidade onde o “outro”, precisa ser mais que respeitado ou tolerado, pois ao direcionarmos o nosso olhar a esse “outro” como alguém a tolerar, nos remetemos a um discurso que tem familiaridade com a indiferença, ignorando o processo histórico de construção das culturas. O discurso da tolerância corre o risco de se transformar num pensamento de desmemória, da conciliação com o passado, num pensamento frágil, light, leviano, que não convoca à interrogação e que pretende livrar-se de todo o mal-estar. Um pensamento que não deixa marcas, desapaixonado, descomprometido. Um pensamento desprovido de toda negatividade, que subestima a confrontação por ser ineficaz (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001 *apud* PONTES, 2009).

A diferença pode ser compreendida para além da diversidade, é algo inerente à própria relação social, podemos dizer que é intrínseca a ela. Por isso, um princípio para compreender a

diferença é justamente não sermos indiferente ao outro.

Nas palavras de Silva (2000), antes de tolerar, respeitar e admitir a diferença, é necessário explicar como ela é produzida. Se a diferença é produzida social e discursivamente, sentimentos de compreensão e respeito não são suficientes para que compreendamos esse processo, que certamente envolvem relações de poder. Nessa perspectiva, os consensos, os diálogos e a tolerância não são suficientes para a sua efetiva compreensão.

Coadunando com a posição de Silva (2000) a respeito das relações de poder que perpassam o currículo, Eugênio (2017) nos informa que o currículo é uma produção cultural, portanto, histórica e socialmente construído. Nele estão presentes as relações de poder e o jogo de forças/interesses sobre o que conta como conhecimento.

Pensando no currículo como prática de poder, embora em posições sempre contingentes e precárias, torna-se relevante destacar que é o ato de nomear que constrói a diferença e não o contrário. É a linguagem que institui a diferença e é assim cúmplice das relações de poder: aquilo que se sabe é movido por uma vontade de poder, assim como o poder exige que se saiba sobre aqueles que serão, por ele, governados. Esse é o núcleo central do pensamento pós-estrutural, em que saber e poder estão atavicamente interligados na instituição do mundo real. (LOPES; MACEDO, 2011).

A cultura e os estudos pós-estruturais estão imbricados, nas palavras de Lopes e Macedo (2011). No entanto, essa é uma afirmativa que pode ser considerada como “perigosa”, porém elas explicitam que parece óbvio que o mundo real não é natural, concreto, objetivo, material, mas simbólico. Seus sentidos são construídos pela linguagem, pelos sistemas de significação que nada mais são do que a própria cultura.

Os sentidos são, portanto, instituídos pela cultura e a atividade de conferir significado é, nessa perspectiva, sempre um processo cultural. Cultural e discursivo, posto que cultura e linguagem se confundem (se inventam sentidos, as práticas culturais são linguagens). O currículo é, como muitas outras, uma prática de atribuir significados, um discurso que constrói sentidos. Ele é, portanto, uma prática cultural. (LOPES; MACEDO, 2011).

REFERÊNCIAS

BALL, S. J; MAINARDES, J. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

EUGÊNIO, Benedito. Práticas curriculares em uma escola de ensino médio no estado da Bahia. **Educação**, Santa Maria, v. 42, n.1, p. 57-72, jan./abr, 2017.



GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro (Org.). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade e Culturas**, nº 39, p. 7-23, 2013.

LOPES, A. C. OLIVEIRA, A. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**, Pelotas, nº38, p. 19-41, jan./abr. 2011.

MENDONÇA, D; RODRIGUES, L. P. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: Em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

PONTES, Cassandra Marina ; MACEDO, Elizabeth . Demandas raciais no Brasil e Política curricular. **Cadernos de Educação (UFPel)**, v. 20, p. 175-200, 2011.

PONTES, Cassandra M. **Política curricular, enunciação da diferença e demandas raciais: analisando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 110f. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SALES, Ronaldo. Hegemonia e pesquisa social: Implicações teórico- metodológicas da teoria política do discurso. *In*: LOPES. Alice (org). **A teoria do discurso na pesquisa em educação**. Recife: Ed. UFPE, 2018, p. 105-131.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.